



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

CULTURA E BARBÁRIE: RAZÃO, FÉ E REVOLUÇÃO

Lamartine Gaspar de Oliveira*

Ler Henry Van Til é pasmar-se com sua colocação acerca do conceito de cultura quando diz: “Cultura, no entanto, não inclui religião. Dizer que ela inclui é o erro básico de praticamente todos os nossos antropólogos culturais”. (VAN TIL, 2010, p. 30). Já Nicola Abbagnano, contradizendo Van Til, é mais realista, e trás o conceito de cultura para a nossa realidade apresentando-o como algo intrínseco a nossa sociedade e desde o Renascimento quando diz,

A própria religião, segundo esse ponto de vista, é elemento integrante da Cultura não porque prepare para a outra vida, mas porque ensina a viver bem nesta vida. (ABBAGNANO, 1962, p. 210).

O teórico britânico Terry Eagleton em sua obra *A ideia de Cultura* apresenta-nos que “Cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua” (EAGLETON, 2011, p. 9). Ele, também como ABBAGNANO relaciona cultura a religião quando diz que “a Cultura, então, herda o manto imponente da autoridade religiosa”. Sendo assim, permite entender que cultura na sua diversidade passa a ser o conjunto de todos os progressos realizados pelo homem e pela humanidade, em todos os

* Doutorando em Educação, Artes e História da Cultura; mestre em ciências da religião; especialista em filosofia geral e história moderna; graduação e licenciatura em filosofia e história, graduação em teologia. Atualmente é professor na Faculdade Moraes Junior e Universidade Presbiteriana Mackenzie nas áreas de Educação, História e Filosofia, com concentração em ética, moral e cidadania.

campos e sob todos os aspectos, desde que eles estejam fomentando o progresso para todo o aperfeiçoamento do indivíduo em seu todo.

A raiz latina da palavra “cultura” é *colere*, o que pode significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adorar e proteger. Seu significado de “habitar” evoluiu do latim *colonus* para o contemporâneo “colonialismo”, de modo que títulos como Cultura e colonialismo são, de novo, um tanto tautológicos. Mas *colere* também desemboca, via o latim *cultus*, no termo religioso “culto”, assim como a própria ideia de cultura vem na Idade Moderna a colocar-se no lugar de um sentido desvanecente de divindade e transcendência. Verdades culturais – trata-se da arte elevada ou das tradições de um povo – são algumas vezes verdades sagradas, a serem protegidas e reverenciadas. (EAGLETON, 2011, p. 10).

Ler Raymond Williams em sua obra *Cultura* é tornarmo-nos próximos dos dois conceitos, é perceber que, queiramos ou não, cultura está ligada ao desejo de ideologia ou produção de ideais de povos, muito embora os conceitos de cultura e ideologia tenham também diferentes significados e interpretações. Desde seu surgimento até nossos dias, ambos continuam sendo bastante analisados e discutidos (WILLIAMS, 2000, pp. 25-29).

Para Bauman,

O conceito de Cultura foi cunhado para distinguir e colocar em foco uma área crescente da condição humana destinada a ser “subdeterminada”, ou algo que não podia ser plenamente determinado sem a mediação das escolhas humanas: uma área que, por essa razão, abriu espaço para a liberdade e a autoafirmação.

O discurso do conceito de cultura tornou-se famoso por fundir temas e perspectivas que se ajustam com dificuldade numa narrativa coesa e não contraditória. (BAUMAN, 2012, pp. 16-17).

Bauman vai mais além e chega a firmar que há uma ambiguidade no conceito de cultura. Mas ainda assim ele explica,

Bem menos notória é a ideia de que essa ambiguidade provém nem tanto da maneira como as pessoas definem a cultura quanto a incompatibilidade das numerosas linhas de pensamento que se reuniram historicamente sob o mesmo termo. De modo geral, os intelectuais são sofisticados o suficiente para perceber que a similaridade de termos é um guia frágil quando se trata de estabelecer a identidade ou diversidade de conceitos. (BAUMAN, 2012, p. 83).

Para tentar entender ou compreender o que é cultura passamos pelo conceito de ideologia, então é preciso saber como as várias correntes das ciências as compreendem. Porém, é preciso afirmar desde já que não existe nem para um nem para outro conceito uma explicação que satisfaça a todos que o buscam a partir de uma pesquisa.

Para Albert Schweitzer,

Cultura é progresso, progresso material e espiritual tanto dos indivíduos como das coletividades.

Em que consiste esse progresso? Primeiramente no fato de ter sido suavizada a luta pela subsistência, quer no tocante ao indivíduo, quer no tocante à coletividade. A criação das melhores condições possíveis de subsistência é um imperativo que em si e com relação ao aperfeiçoamento de cada um – fim último da cultura – deve preponderar.

Ora, a luta pela subsistência oferece duas faces. O homem tem que lutar não só dentro da natureza como contra a natureza e não só dentro entre os seus semelhantes como contra os seus semelhantes. (SCHWEITZER, 1959, pp. 47-49).

Na relação que há entre cultura e ideologia, e na tentativa de definir a cultura, temos a consciência que devemos primeiramente tentar entender como ela surgiu. Percorrendo o caminho do sociólogo inglês Raymond Williams em sua obra *Cultura e Sociedade* ele descreve como a palavra cultura, a partir da ideologia, que para ele era uma palavra nova (WILLIAMS, 2011, p. 19), pode mudar ou variar, principalmente a partir de um período que ele denomina crítico que é o século XIX.

A palavra cultura muda da mesma maneira e no mesmo período crítico. Antes desse período ela significava, primordialmente, a “tendência a crescimento natural” e depois, por analogia, um processo de treinamento humano. Mas esse último uso, que tinha normalmente sido uma cultura de algo, foi modificado, no século XIX, para cultura como tal, uma coisa em si mesma. Veio a significar, primeiramente, “um estado geral ou hábito da mente”, tendo relações muito próximas com a ideia da perfeição humana. Segundo, passou a significar “uma situação geral de desenvolvimento intelectual em uma sociedade como um todo”. Terceiro, passou a significar “o corpo geral das artes”. E quarto, já mais tarde nesse mesmo século, passou a significar “todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual”. (WILLIAMS, 2011, p. 18).

Na percepção que há da proximidade entre cultura e ideologia, vê-se que o impulso para progredir em todas as matérias baseia-se na concepção otimista que afirma

o mundo e a vida, considerando-os valiosos em si, e por isso nasce o desejo de valorizar o quanto possível a existência humana.

Resultam daí, aspirações, esperanças, atividades dirigidas para o melhoramento da situação dos indivíduos e da sociedade, dos povos e da humanidade inteira. Essas nos conduzem ao domínio do espírito sobre as forças da natureza, ao desenvolvimento da organização coletiva dos homens, no que se refere à vida religiosa, social, econômica, prática, e ao aperfeiçoamento espiritual do indivíduo tanto como da coletividade.

Assim como a concepção afirmativa do mundo e da vida, isto é: a concepção otimista é a única capaz de inspirar aos homens nas atividades dirigidas para a Cultura. A concepção do respeito é a única a ter a necessária força para fazer o homem prosseguir em tal atividade e a respeitá-lo em seus direitos, com sacrifício e abandono de seus interesses egoístas e intolerantes, a fim de norteá-lo em cada momento, no sentido de aperfeiçoamento espiritual e moral do indivíduo, que deve ser a finalidade precípua da Cultura.

A exacerbação do individualismo contemporâneo, aliada à busca incessante, sempre relançada, por satisfações prazerosas, está se mostrando ameaçadora. Há que haver uma sintonia entre o interesse individual e o interesse coletivo, e tudo indica que estamos nos tornando inaptos para discernir este último. Em resumo: o império da busca sem barreiras pela satisfação do prazer é o da barbárie. (FREUD, 2011, p. 17).

No caminho desta construção o que se precisa ver é o respeito aos direitos humanos ou direitos do homem o que são modernamente entendidos por aqueles direitos fundamentais que este possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir.

Para uma sociedade como a nossa que dentro de um processo de construção cultural luta contra ideologias como a da intolerância, Maria Victoria Benevides define nesse processo cultural os direitos humanos como,

Aqueles direitos considerados fundamentais a todos os seres humanos, sem distinção de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, classe social, profissão, condição de saúde

física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral.¹

Na percepção que há da proximidade entre cultura e ideologia, vê-se que infelizmente a barbárie tem se construído pelo viés da intolerância. Para Clyde Kluckhohn em sua obra *Antropologia – Um espelho para o Homem*, a cultura “é a vida total de um povo, a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo. Ou pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou”. Com ela pode vir acompanhada uma grande quantidade de ideias que não conhecemos e automaticamente nunca lidamos com ela.

Francisco Rüdiger diz que,

O bárbaro não está mais às nossas portas, ultrapassou nossos muros, está em cada um de nós. Portanto, de nada serve julgá-lo, ou mesmo negá-lo. Sua força é tamanha que ele seria capaz de a tudo submergir. (RÜDIGER, 2002, p. 26).

O mestre Paulo Freire inicia a sua obra *Pedagogia da Tolerância*, apresentando-nos a relação do bárbaro com a história do assassinato de Galdino Jesus dos Santos, o índio Pataxó que, despertado pela dor que era indescritível de seu corpo em chamas pôde provocar a atenção daqueles que, até então, não haviam parado para refletir que a intolerância acompanhada da barbárie já estava em nós e fazia parte de nós e que já tornava a educação refém (FREIRE, 2005, p. 23).

Espancar o nosso índio é espancar a nossa cultura, é sepultar a nossa educação. É destruir a nossa arte. É cantar parabéns para a intolerância. É dizer sim, que venha a barbárie, pois as portas estão abertas. A intolerância é caminho para a barbárie é a construção de uma cultura na contra mão onde, definitivamente, descartou-se o respeito ao outro e os direitos humanos.

Enquanto para Paulo Freire a tolerância esteja ligada ao tolerante que, “em última análise, é uma pessoa disposta, bondosa ou benevolentemente, a perdoar a “inferioridade” do outro” (2005, p. 23), o intolerante é aquele que, como figura, está

¹ Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo, 18/02/2000. Disponível em: <http://hottopos.com/convenit6/victoria.htm>

ligado ao bárbaro² tendo sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias convicções, e legitimá-las a partir desse poder.

Como ideia cultural, dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do outro e que o atrapalha também em sua educação por alijá-lo em sua cultura e o poder de impedir que esse outro leve sua vida como bem entenda.

Falo da tolerância como virtude da convivência humana. Falo, por isso mesmo, da qualidade básica a ser forjada por nós e aprendida pela assunção de sua significação ética – a qualidade de conviver com o diferente. Com o diferente, não com o inferior.

A tolerância verdadeira não é condescendência nem favor que o tolerante faz ao tolerado. Mais ainda, na tolerância verdadeira não há propriamente o ou a que tolera e o ou a que é tolerado (a) Ambos se toleram.

Por isso mesmo na tolerância virtuosa não há lugar para discursos ideológicos, explícitos ou ocultos, de sujeitos que, julgando-se superiores aos outros, lhes deixam claro ou insinuam o favor que lhes fazem por tolerá-los. (FREIRE, 2005, p. 25).

A tolerância, ao contrário mesmo de intolerância pode ser definido como norma ou princípio da liberdade, inclusive religiosa. É visto como o termo mais próximo daquilo que podemos chamar suportaçãõ. O princípio da tolerância garante igualmente o interesse religioso da Igreja e o interesse político do Estado, os direitos dos cidadãos e as exigências do desenvolvimento cultural e científico. Este pensamento e caminho nos deixa totalmente contrário ao que pensou John Locke³ quando escreveu a

² A palavra "bárbaro" é de origem grega. Ela designava, na Antiguidade, as nações não gregas, consideradas primitivas, incultas, atrasadas e brutais. A oposição entre civilização e barbárie é antiga. Ela encontra uma nova legitimidade na filosofia dos iluministas, e será herdada pela esquerda. O termo "barbárie" tem, segundo o dicionário, dois significados distintos, mas ligados: "falta de civilização" e "crueldade de bárbaro". A história do século XX nos obriga a dissociar essas duas acepções e a refletir sobre o conceito - aparentemente contraditório, mas de fato perfeitamente coerente - de "barbárie civilizada".

Vico chamou barbárie de estado primitivo, ferino, do gênero humano do qual depois o temor divino tirou pouco a pouco a ordem do mundo propriamente humano.

³ John Locke foi um importante filósofo inglês. É considerado um dos líderes da doutrina filosófica conhecida como empirismo e um dos ideólogos do liberalismo e do iluminismo. Nasceu em 29 de agosto de 1632 na cidade inglesa de Wrington.

Locke teve uma vida voltada para o pensamento político e desenvolvimento intelectual. Estudou Filosofia, Medicina e Ciências Naturais na Universidade de Oxford, uma das mais conceituadas instituições de ensino superior da Inglaterra. Foi também professor desta Universidade, onde lecionou grego, filosofia e retórica.

“*Carta Acerca da Tolerância*” e afirmou que “os que negam a existência de Deus não devem ser tolerados de nenhum modo”. (LOCKE, 1983, p. 14). É a visão de ideologia religiosa que passa a não compreender o outro.

Pois ele mesmo em outro momento apresentando e discutindo a questão da tolerância diz,

Não é a diversidade de opiniões (o que não pode ser evitado), mas a recusa de tolerância para com os que têm opinião diversa, o que se pode admitir que deu origem à maioria das disputas e guerras que têm se manifestado no mundo cristão por causa da religião. (LOCKE, 1983, p. 16).

Essa tendência ideológica que chamamos até de universal assume um aspecto histórico quando o poder de impedir é sustentado pela força pública, a de um Estado, e a desaprovação assume a forma de uma condenação pública, exercida por um Estado sectário (quando o Estado afirma possuir a verdade e não admite negociá-la), que professa uma visão particular do bem. (HOBBS, 2010, pp. 143-144).

A título de exemplo, por este caminho no século XVII a Inglaterra vivenciava um processo muito difícil. Os salteadores tomavam conta das estradas, impedindo o comércio entre as cidades. A expulsão dos camponeses de suas terras empurrava milhares de trabalhadores para a criminalidade e o que se via era desordem e intolerância por conta de um grupo.

A intolerância que era para a Inglaterra um dos problemas mais difíceis para se lidar principalmente na questão religiosa se alastrava e trazia muitos dissabores. A Reforma religiosa causava incertezas e angústias naqueles que viam seus dogmas desmoronarem. Muitos deles migraram para a América em busca de um novo mundo ou na tentativa de um recomeço. A corrupção generalizada da monarquia inglesa criou um ambiente propício ao desgoverno e as constantes rebeliões e revoluções.

No ano de 1683, após a Revolução Gloriosa na Inglaterra, foi morar na Holanda, retornando para a Inglaterra somente em 1688, após o restabelecimento do protestantismo. Com a subida ao poder do rei William III de Orange, Locke foi nomeado ministro do Comércio, em 1696. Ficou neste cargo até 1700, onde precisou sair por motivo de doença.

Locke faleceu em 28 de outubro de 1704, no condado de Essex (Inglaterra). Nunca se casou ou teve filhos.

Aos educadores que encaram com maior seriedade nossas esperanças tem se mostrado evidente, apesar das grandes promessas e discursos, que algo muito importante vem faltando à nossa atividade educacional.

Em 1892, Joseph M. Rice percorreu o país vistoriando os sistemas escolares e encontrou a mesma situação deprimente em quase todas as cidades, apenas com algumas agradáveis exceções: o ensino resultava de uma política de apadrinhamento; políticos ignorantes contratavam professores ignorantes; as aulas eram uma repetição monótona, sem entusiasmo.

Havia também certo preconceito contra a ideia de prazer intelectual. (HOFSTADTER, 1967, pp. 380-382).

Nesse contexto de medo social, foi escrito um dos mais importantes livros de filosofia política: o *Leviatã*. Escrito por Thomas Hobbes⁴ e publicado em 1651, essa obra traduziu todo o temor vivenciado nesse período, ao mesmo tempo em que realizou uma verdadeira revolução interpretativa quanto à natureza humana e o processo de surgimento e importância do Estado.

Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros, que qualquer homem ou assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser o seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os actos e decisões desse homem ou assembleia de homens, tal como se fossem os seus próprios actos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes dos homens. (HOBBS, 2010, p 149).

8

O que se percebe e entende é que contrariando o princípio de que o homem é, por natureza, bom, Hobbes partiu do princípio que o homem natural é aquele que vive em estado de guerra permanente. (HOBBS, 2010, pp. 58-61).

Preocupado em alcançar a felicidade, isto é, a busca da satisfação dos seus desejos mais profundos, os homens se digladiavam constantemente. Segundo sua visão, o homem era o lobo do homem, cunhando das famosas frases: *Homo homini lupus* (O

⁴ Tomás Hobbes filho de clérigo nasceu em Westport, em 1588. Hobbes é um empirista inglês e nele encontramos os temas fundamentais que serão sempre os da escola. *A origem de todo conhecimento é a sensação*, princípio original do conhecimento dos próprios princípios: a imaginação é um agrupamento inédito de fragmentos de sensação e a memória nada mais é do que o reflexo de antigas sensações. Falecido em Hardwick, Derbyshire.

homem é o lobo dos homens)⁵ e *Bellum omnium contra omnes* (guerra de todos contra todos). (HOBBS, 2010, p. 47).

os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus.*" (FREUD, 2012, p. 29).

Mas como os homens tinham edificado a sociedade? Como teria cessado mesmo que parcialmente o estado de guerra permanente? Segundo Hobbes, a construção do Homem Artificial, isto é, do Estado, instituição que assegura que os homens não se destruam mutuamente só se daria pela criação de um Homem Artificial, e Hobbes o chamou de Leviatã, tomando emprestado o nome do monstro bíblico citado no livro de Jó capítulo 41. (HOBBS, 2010, pp. 181-183).

Freud também caminha com a mesma indagação acerca dessa sociedade inquietante e que poderia acirrar mais ainda a intolerância entre eles, e com caminho para a barbárie.

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem.

Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade. (FREUD, 2012, p. 49).

Voltando a Hobbes, qual seria a função primordial desse Leviatã? De acordo com Hobbes, o Estado forte tinha a função de assegurar a paz e a estabilidade, mediante sua ação punitiva àqueles que transgredissem as leis. No período de turbulência social

⁵ Foi criada por Plauto (254-184) em sua obra *Asinaria*. No texto se diz exatamente: "Lupus est homo homini non homo". E foi bem mais tarde popularizada por Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVIII.

em que vivia, só um Estado baseado na razão poderia garantir a ordem social. Era a não permissão ao estado de barbárie. Mas será que poderia evitá-lo?

É aqui que a história do poder e a história dos povos e das crenças dominantes suscitam múltiplas representações da intolerância; o que exige uma nítida distinção entre algumas situações extremas que, em comum, só têm o nome.

A linha divisória que deve ser levada em conta pelos estudiosos, vindos de todas as áreas, inclusive os que pensam a interdisciplinaridade, empenhados em promover uma discussão em escala maior e mais ampla, passa entre países, povos e culturas que já atingiram certo nível de tolerância.

A prática da tolerância, duramente conquistada ao longo dos últimos séculos confere à intolerância um caráter residual, e mais ainda inadmissível, não permitindo de forma alguma a sua atuação ou conquistas.

Infelizmente a situação é completamente diferente nos países e nas culturas que não percorrem essa mesma trajetória de luta. Daí resulta a dificuldade encontrada pelos intelectuais universais de falar universalmente da intolerância. Seus discursos são inteiramente orientados pela história anterior e, muitas vezes até recente da prática da tolerância.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (FOUCAULT, 2004, p. 71).

A ideia de tolerância transpõe um limite crítico com a crise da ideia de verdade. A simpatia pelas ideias das quais não compartilhamos ou não permitimos dá lugar a suposição de que uma parte da verdade pode estar em outro lugar que não seja nas convicções que fundamentam as tradições em que fomos educados. Daí poder

permitir que se veja ou busque a verdade em outro lugar com o uso da interdisciplinaridade, e esta pode ser uma grande arma contra a intolerância.

Como conclusão, fazemos apontar o filme Festim Diabólico “ROPE” do diretor Alfred Hitchcock de 1948, quando numa aula de cinema rigidamente cronometrada de 81 minutos descreve uma completa cena de intolerância que redundava na barbárie, e que como base é citada as ideias do filósofo alemão Friedrich Nietzsche quando os superiores deveriam dominar os inferiores. O fim é uma morte bárbara e macabra, vista pelo fílmico, de um jovem que morre enforcado e cuja morte fora por demais comemorada.

Vai se estendendo pelo mundo, a noção de que há certas raças superiores e umas outras inferiores, que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. Diz-se ainda mais: que as misturas entre raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais. (BARRETO, 1905).

Hoje, a política oficial deixou a Cultura restrita ao mero comércio do entretenimento. Não se pode permitir que o teatro continue sendo tratado sob a ótica capitalista e economicista. É preciso lutar para rever a Cultura como elemento de união de um povo que pode fornecer-lhe dignidade e o próprio sentido de nação. Isso é tão fundamental quanto a Saúde, o Transporte e a Educação. É, portanto, prioridade do Estado. A arte é arma poderosa de transformação, luta contra a intolerância e a barbárie. É estar por uma produção cultural onde não se permita espaço para a barbárie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ALVES, Rubem. *Dogmatismo e Tolerância*. São Paulo: Loyola, 2004.
- BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*: www.culturabrasil.org/limabarreto.htm.
- BASTIDE, Roger. *Arte e Sociedade*. São Paulo: USP, 1979.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Ensaio Sobre o Conceito de Cultura*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2012.

- BORGES, Ines Augusto. *Educação e Personalidade*. São Paulo: Mackenzie, 2002.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CLEMILDO, Anacleto da Silva; MARIO, Bueno Ribeiro. Porto Alegre: Sulina/ Centro Universitário Metodista, 2007.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, Estado e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- EAGLETON, Terry. *A Ideia de Cultura*. São Paulo: UNESP, 2011.
- _____. *O debate sobre Deus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FREUD, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão, o Mal Estar na Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Tolerância*. São Paulo: UNESP, 2005.
- GIANNOTTI, José Arthur. *A Universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2011.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. Lisboa: INCM, 2010.
- HOFSTADTER, Richard. *Antiintellectualismo no Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- <http://agenorbevilacquasobrinho.blogspot.com.br/2012/03/arte-contra-barbarie-ensaio-aberto.html>.
- JULLIEN, François. *O Diálogo entre as Culturas*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010.
- LÉVINAS, Emanuel. *Humanismo do Outro homem*. Petrópolis/ RJ: VOZES, 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A Cultura Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LOCKE, John. *Carta Acerca da Tolerância*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAYER, Frederick. *História do Pensamento Educacional*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

MORIN, Edgar. *A Cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. *Cultura e Barbárie Europeias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MORRISH, Ivor. *Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1977.

MOTA, Carlos Guilherme. *Educação, Contraideologia e Cultura*. São Paulo: Editora Globo, 2011.

ONTIVEROS, José Luis. *Apologia da Barbárie*. Lisboa: HUGIN, 1997.

ORO, Pedro Ivo. *O Outro é o demônio*. São Paulo: Paulus, 1996.

PILETTI, Nelson. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Ática, 1989.

RÜDIGER, Francisco. *Civilização e Barbárie na Crítica da Cultura Contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

VAN TIL, Henry R. *O Conceito de Cultura*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Entre a Realidade e a Utopia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização!* São Paulo: ANNABLUME, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Cultura e Sociedade*. Petrópolis/ RJ: 2011.